

Problemas com o Clube

Dívida Externa

GAZETA MERCANTIL
de Paris 22 JUN 1993

por Claudia Safatle
de Brasília

A demora do governo brasileiro em firmar um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode prejudicar o acordo já feito, em fevereiro do ano passado, com o Clube de Paris.

A cláusula nº 4 do acordo de refinanciamento de US\$ 13,8 bilhões de dívidas de governo a governo, entre Brasil e Clube de Paris, exige que, para serem efetivamente cumpridos os termos desse acordo, o governo brasileiro teria de fazer um acordo "stand by" operativo com o Fundo. Deveria, também, ter feito, até dezembro de 1992, as consultas com o FMI para estabelecer as metas, os critérios de performance do acordo, para este ano.

Como o acordo "stand by" com o Fundo está suspenso desde meados de 1992 e não houve, até agora, negociações para fixar as metas de 1993, o governo brasileiro solicitou, em janeiro último, um "waiver" (dispensa de cumprimento) para a cláusula nº 4. O Clube



Fernando Henrique
Cardoso

de Paris, no entanto, não concedeu esse "waiver" até agora, apesar de também não ter, por outro lado, declarado o Brasil em "default".

Essa situação foi abordada pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em reunião que teve ontem com os embaixadores dos países do Grupo dos Sete (os sete países mais ricos: Estados Uni-

dos, Canadá, Japão, França, Inglaterra, Itália e Alemanha).

O ministro convidou os embaixadores do Grupo dos Sete para conversar sobre o programa de ação imediata — o programa econômico do governo Itamar Franco —, comunicar que em meados de julho chega ao País a missão técnica do FMI para negociar as bases da continuação do acordo "stand by", hoje suspenso, e pedir apoio desses embaixadores para que seus governos ajudem o Brasil nas negociações com o FMI, com os bancos credores privados e com o Clube de Paris.

Nesta quinta-feira realiza-se, na capital francesa, a reunião mensal do Clube de Paris, como informou o embaixador Artur Denot Medeiros, secretário de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda. Seria uma boa oportunidade para o Clube de Paris suspender a vigência da cláusula que amarra o refinanciamento das dívidas oficiais ao acordo com o Fundo.

"Estamos pagando tudo direito, em dia, e fazendo esforços junto ao FMI", comentou o embaixador. Os contratos bilaterais com os países credores estão quase todos fechados, faltando apenas dois em fase final de negociação, com os governos da Itália e da Holanda, lembrou Medeiros. Ele acha, inclusive, que o Clube de Paris, ao não declarar o Brasil em "default", deu esse "waiver" "tacitamente". Mas seria necessária uma comunicação formal.

O grande prejuízo para o governo brasileiro, diante dessa situação, seria o Clube de Paris acionar outra cláusula do acordo. Esta prevê que, sem um acordo com o FMI, os vencimentos da dívida brasileira entre 1º de fevereiro e 31 de agosto deste ano voltariam a ser regidos pelos contratos originais, bem mais pesados que os termos do refinanciamento.

O negociador da dívida externa, Pedro Malan, que também estava presente à reunião do ministro da Fazenda com os embaixadores dos países do G-7, disse à editora Maria Clara R. M. do Prado que o relacionamento com o Clube de Paris é normal e que este teria concedido o "waiver" pedido pelo governo brasileiro em janeiro último. "Os credores não estão desinformados sobre o que se passa na

(Continua na página 18)

GAZETA MERCANTIL
ERCANTIL — Terça-feira, 22 de junho de 1993

Dívida Externa
ACERTO EXTERNO

22 JUN 1993

Problemas com o Clube...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)
economia brasileira", disse Malan, referindo-se ao fato de ter sido distribuído ao "board" do FMI, em 20 de maio passado, o relatório de consulta do "staff" do Fundo sobre o desempenho da economia brasileira.

Um dos temores do governo brasileiro é de que o Clube de Paris resolva endurecer, acionando a cláusula nº 4. Informações de que o Tesouro norte-americano, em particular, e o governo dos EUA, em geral, não estariam com boa vontade quanto à concessão de "waiver" chegaram ao gabinete do ministro da Fazenda. Denot Medeiros observou que "não daria muita importância a isso". Mas o ministro da Fazenda tem falado quase que semanalmente com o presidente do Clube de Paris, Jean Claude Trichet, segundo informações da chefia de gabinete do ministro da Fazenda.

Cardoso explicou também aos embaixadores que, apesar de estar pagando praticamente em dia seus compromissos externos, alguns atrasos acontecem. Foi o embaixador do Canadá, William Dymond, quem indagou ao ministro da Fazenda as razões do constante atraso nos pagamentos da Embraer ao governo canadense. Cardoso disse que o Tesouro Nacional, como avalista das dívidas das

empresas do setor público junto a credores internacionais, espera até o dia do vencimento dos débitos ou, algumas vezes, poucos dias após o vencimento, para fazer os pagamentos quando as empresas não honram seus compromissos. Isso acaba por provocar atrasos "burocráticos", como qualificou Denot Medeiros. O caso da Embraer não é único. Empresas do setor elétrico, entre outras, costumam deixar que o Tesouro Nacional, como avalista, quite seus débitos no exterior.

RESERVAS

O ministro da Fazenda, depois do encontro com os sete embaixadores, comentou que foi uma reunião para apresentar o programa de ação do governo e pedir o apoio nas negociações com o FMI. "Apesar do tamanho das reservas cambiais, o Brasil quer negociar um acordo com o FMI e esses países podem nos ajudar." Quanto ao Clube de Paris, Cardoso disse que não "há qualquer problema", conforme relato da repórter Raquel Stenzel, deste jornal.

Foi uma reunião "mais preventiva", comentou o embaixador Sinésio Sampaio, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, assinalando que o Clube de Paris reúne-se nos próximos dias e "queremos seu aval para a economia brasileira".

SALVADOR/DESENBANCO

Investir no centro histórico

por Pedro Rúbio
de Salvador

O Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia (Desenbanco) abriu uma nova linha de crédito no valor de Cr\$ 70 bilhões para financiar cerca de 50 empresas baianas do setor de serviços, comércio em geral, restaurantes, bares e lanchonetes "fast-food" que queiram se instalar no Centro Histórico de Salvador. Os empresários que forem

investir naquela área recentemente recuperada em sua estrutura física pelo governo estadual terão um prazo de financiamento de 8 anos, com 2 de carência, amortização em 6 anos, pagando juros de 3% ao ano mais a Taxa Referencial (TR).

Essa linha faz parte do programa Pró-Turismo/Fundese. O percentual a ser financiado irá até 70% do valor do empreendimento.